

AS IMPLICAÇÕES DOS NÍVEIS DE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

FATEIXA, Marisa Coelli ¹

ROCHA, Laís Souza Vaz ²

Wellington de Oliveira ³



RESUMO

O objetivo desse estudo é identificar a relação entre as variáveis que mensuram a pobreza e a desigualdade social e como elas vão impactar em indicadores de qualidade na educação como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Este artigo apresenta pesquisa descritiva, ex post facto e uma abordagem quantitativa. O estudo foi realizado nos municípios do estado de Minas Gerais. Foram analisadas quatro variáveis, sendo uma dependente e 3 independentes ou explicativas, por meio do software estatístico denominado SPSS versão: 20. Concluiu-se que, apesar de a transferência de renda realizada pelo Governo Federal ser um passo importante para que sejam atendidas as necessidades básicas das famílias, os problemas da educação estão diretamente ligados à pobreza e à desigualdade social, constatou-se também que a educação é uma forma de igualar a renda das famílias, portanto é importante voltar um olhar para a qualidade do ensino, a fim de alcançar uma homogeneidade nas cidades.

Palavras-chave: Pobreza. Desigualdade Social. Bolsa Família. IDEB. Coeficiente de GINI. Educação.

1 Faculdade Governador Ozanam Coelho (FAGOC). E-mail: marisacoellifateixa@gmail.com

2 Faculdade Governador Ozanam Coelho (FAGOC). E-mail: lais.souzavaz@yahoo.com.br

3 Faculdade Governador Ozanam Coelho. E-mail: wellingtonmassardi@hotmail.com

INTRODUÇÃO

De acordo com o artigo XXV da Declaração Universal dos Direitos Humanos, “todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis”. Entretanto, a desigualdade social e a pobreza são problemas sociais que atingem grande parte da população mundial (ONU, 2009, p.13).

As raízes da desigualdade vêm remontam ao início das civilizações. Na Idade Antiga contrastavam-se cidadãos e escravos; na Idade Média, senhores e servos; na Idade Moderna, nobreza, burguesia e camponeses; e na Idade Contemporânea, operários e burgueses (PIKETTY, 2013).

No Relatório de Desenvolvimento Humano, divulgado em 2015, o Brasil ocupa a 79ª posição entre os 188 países no ranking de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que considera os seguintes indicadores: expectativa de vida no nascimento, indicadores de educação e renda bruta nacional per capita, com a nota de 0,754 (sendo 0 o valor mínimo e 1 o valor máximo). Porém, quando analisado o IDH ajustado ao índice de desigualdade, o Brasil se encontra na 10ª posição com a nota de 0,561, o que o torna um dos países mais desiguais do

mundo (UNDP, 2016).

Para mudar essa situação, é importante que se tenha como base uma ética social, deixando de definir a riqueza como o aumento do Produto Interno Bruto, mas como a diminuição do número de analfabetos, oferecendo para a população escolas de qualidade, saúde e um lugar decente para morar, por exemplo (BUARQUE, 2000).

A educação abre as portas para uma nova perspectiva de condições melhores de vida à medida que amplia os horizontes dos jovens quanto a uma melhoria de condição social, sem contar o engajamento político social, que possibilita ao jovem um entendimento e uma visão de mundo com mais discernimento e senso-crítico.

Sendo a renda do trabalho das famílias diretamente determinada pela qualificação dos membros, pelo acesso ao trabalho e pela qualidade dos postos de trabalho a que têm acesso, é necessário promover um acesso mais equitativo à educação, gerando, assim, dois grandes impactos: o primeiro: a elevação da escolaridade média dos mais pobres, como forma de igualar a força educacional de trabalho e, com isso, reduzir a desigualdade de rendimentos; e o segundo: com uma grande oferta de mão de obra qualificada, haveria a redução do diferencial de remuneração entre níveis de educação. Porém, não basta aumentar a quantidade de pessoas com acesso à educação, mas investir na qualidade da educação; assim, a desigualdade de anos de estudo seria substituída por qualidade do ensino (BARROS; FOGUEL; ULYSSEA, 2006).

Portanto, todos os capitais que desejam investir em educação têm grande espaço para contribuir no combate à pobreza. Por outro lado, é importante considerar que não se alcança, em curto prazo, esse padrão de desenvolvimento e, por isso mesmo, a educação não pode ser considerada gasto desqualificado, mas um investimento do mais produtivo de médio e longo prazo (LIRA, 2016).

O governo brasileiro, como forma de amenizar a desigualdade social, em 2001 criou programas sociais para realizar transferência

de renda e para auxiliar as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, como Cartão Alimentação, Auxílio Gás e Bolsa Escola. Posteriormente, unificou esses programas, criando o Bolsa Família, através da Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que foi uma conversão da MP nº 132, de 2003, a fim de organizar melhor os processos de serviços sociais para a população carente (BRASIL, 2004).

Ao se tornar beneficiária do programa, a família tem que se comprometer com as áreas de saúde e de educação, tais como: acompanhamento da gestação, acompanhamento nutricional e frequência escolar em estabelecimento público de ensino (CRAVEIRO; XIMENES, 2013).

Considerando as informações introdutórias, verifica-se que existe uma relação direta entre a desigualdade social e o nível de educação das pessoas; nesse sentido, questiona-se: quais as implicações dos níveis de pobreza e desigualdade social para os indicadores de qualidade na educação?

O objetivo deste estudo é identificar a relação entre as variáveis que mensuram a pobreza e a desigualdade social e como elas vão impactar em indicadores de qualidade como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). O estudo foi realizado em Minas Gerais, por se tratar de um estado que possui um IDEB de 6.1, ultrapassando a meta de 5.9, referente aos dados de 2015, dos anos iniciais do ensino fundamental, e comparado com o nível do país, cuja meta é 5.2 e obteve uma nota de 5.5, demonstrando ser um estado importante no contexto educacional.

REFERENCIAL TEÓRICO

Pobreza e desigualdade social no Brasil

A pobreza é definida como um fenômeno complexo, considerado de forma genérica como uma situação em que o indivíduo não consegue ter as necessidades atendidas de forma adequada. A pobreza pode ser definida de forma relativa a

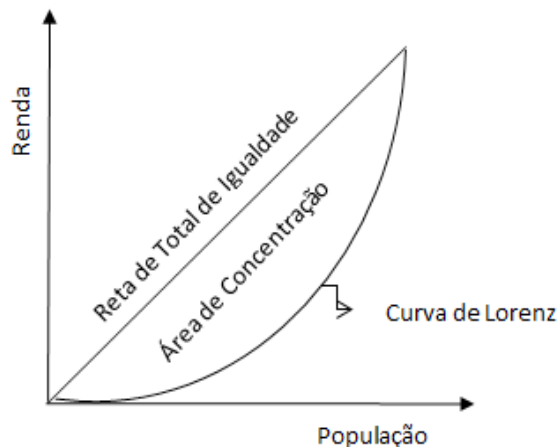
cada sociedade: quanto mais desenvolvida, mais o conceito de pobreza se distancia do atendimento às necessidades de sobrevivência, enquanto em outras menos desenvolvidas o conceito de pobreza está diretamente ligado às necessidades básicas (ROCHA, 2013).

Segundo Piketty (2013), o país que apresenta uma tendência de enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. O Brasil encontra-se entre os principais países em que a desigualdade social é muito elevada; a concentração de renda e riqueza entre os mais ricos é substancial, sendo que, em média, o 1% mais rico acumula 14% da renda declarada no IRPF (Imposto de Renda Pessoa Física) e 15% de toda a riqueza, o que tende a limitar a igualdade de oportunidades na sociedade e pode ser um inibidor do crescimento econômico (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2016).

Como forma de medir o grau de concentração de renda, é utilizado o Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini. O índice aponta diferenças entre os rendimentos dos ricos e dos pobres, sendo que o valor zero representa a situação de igualdade, e o valor um representa a total desigualdade, quando apenas uma pessoa detém toda riqueza (WOLFFENBUTTEL, 2004).

A construção do coeficiente de Gini é baseada na “Curva de Lorenz”, em que a linha reta indica total igualdade; portanto, quanto mais distante a curva estiver da linha da perfeita igualdade, mais desigual será a sociedade. O dobro do valor da área entre a Curva de Lorenz e a Linha da Perfeita Igualdade corresponde ao coeficiente de Gini. Trata-se, portanto, de uma medida de afastamento de uma dada distribuição de renda em relação a uma situação de perfeita igualdade. A construção da curva se dá através da proporção acumulada da renda que varia em função da proporção acumulada da população, estando os indivíduos ordenados pelos valores crescentes da renda (MEDEIROS, 2012).

Figura 1 - Representação gráfica do Coeficiente de GINI



Fonte: Pena (2017).

Esse índice é geralmente utilizado para medir renda, porém também se utiliza para qualquer medição, como concentração de terras, entres outras. O coeficiente de Gini brasileiro, baseado em dados entre 2010 e 2015 do programa de desenvolvimento das Nações Unidas, é de 0,515; já o do estado de Minas Gerais, baseado em dados do IBGE em 2010, é de 0,563, o que aponta desigualdade no país e ainda mais alta no estado (UNDP, 2016; IBGE, 2010).

Educação básica e indicadores de qualidade

A contabilidade de custos, para fins de apuração, classifica a mão de obra em direta e indireta (MARTINS, 2008).

A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil). (BRASIL, 2007).

O censo escolar é um instrumento de coleta de informações da educação básica, o qual

se divide em duas etapas: preenchimento da matrícula inicial e preenchimento de informações sobre a situação do aluno. A Prova Brasil é uma avaliação diagnóstica, aplicada duas vezes ao ano, composta pelos testes de Língua Portuguesa e de Matemática, que visa investigar as habilidades desenvolvidas pelas crianças matriculadas no 2º ano do ensino fundamental; dirige-se aos alunos que passaram por, pelo menos, um ano escolar dedicado ao processo de alfabetização, e a adesão à prova é opcional, ficando a critério de cada secretaria de educação. A ANEB é também uma avaliação diagnóstica que utiliza os mesmos instrumentos da Prova Brasil; é aplicada no mesmo período, porém diferencia-se por abranger, de forma amostral, escolas e alunos das redes públicas e privadas do País que não atendem aos critérios de participação Prova Brasil e que pertencem às etapas finais dos três últimos ciclos da Educação Básica: em áreas urbanas e rurais 5º ano (4ª série) e 9º ano (8ª série) do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio regular, sendo o IDEB calculado através desses dados (MEC, 2015).

É importante que se mantenha uma educação básica de qualidade, pois a criança será o futuro cidadão da sociedade e terá que exercer seus direitos e deveres, proteger os interesses sociais, portanto é preciso que forme uma opinião desde cedo e entenda quais são os problemas sociais e os enfrente, sempre respeitando o próximo (SANDES, 2012).

A sociedade teria muito a ganhar com investimentos de educação na primeira infância. A atuação precoce seria uma forma de reduzir a repetência, combater preventivamente a violência e diminuir as desigualdades sociais. Seria necessário estimular a educação de tempo integral nas escolas públicas, pois, ficando mais tempo na escola, crianças carentes deixam as ruas, recebem alimentação adequada e se preparam para um futuro com melhores perspectivas. Porém, o Brasil está entre os países onde as crianças passam menos tempo na escola (VASCONCELOS, 2012, p. 136-137).

Bolsa Família como incentivo para frequência escolar

O Programa Bolsa Família (PBF) tornou-se uma ação política importante para a diminuição da condição de miserabilidade em que boa parte da população do Brasil se encontra, destacando a articulação entre o Programa e a educação, visto que esta é considerada como uma das condicionalidades daquele. A educação é um objetivo básico do programa Bolsa Família, segundo o Decreto nº 5.209, Art. 4º, seção I:

Os objetivos básicos do Programa Bolsa Família, em relação aos seus beneficiários, sem prejuízo de outros que venham a ser fixados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, são:

I - promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social;

II - combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;

III - estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;

IV - combater a pobreza; e

V - promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público. (BRASIL, 2004).

Para receber o benefício, a família precisa comprovar a frequência escolar dos filhos: 85% para as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e 75% para os jovens de 16 e 17. Em caso de faltas, é necessário que a família informe o motivo à escola, para que seja registrado no sistema, pois, caso a família descumpra as determinações impostas, poderá ter seu benefício bloqueado ou suspenso por um ou até dois meses, podendo ou não reaver as parcelas depois e, em casos mais extremos, ter seu benefício cancelado (MDS, 2015).

Têm direito ao recebimento do benefício as famílias em situação de extrema pobreza, cuja renda per capita é até R\$ 85,00, e as famílias em

situação de pobreza, cuja renda per capita está entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00. As transferências de rendas são realizadas de acordo com a composição familiar, atendendo alguns requisitos estipulados (Quadro 1).

Quadro 1 - Benefícios do Programa bolsa família

Benefício	Requisitos	Máximo Por Família	Valor
Benefício Básico	Pago apenas às famílias extremamente pobres.	1	R\$ 85,00
Benefício Variável Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos.	Pago às famílias pobres, que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade em sua composição. É exigida frequência escolar das crianças e adolescentes.	5	R\$ 39,00
Benefício Variável Vinculado à Gestante	Pago às famílias pobres, que tenham grávidas em sua composição.	5	R\$ 39,00
Benefício Variável Vinculado à Nutriz	Pago às famílias pobres, que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição.	5	R\$ 39,00
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente	Pago às famílias pobres, que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos em sua composição. É exigida frequência escolar dos adolescentes.	2	R\$ 46,00
Benefício para Superação da Extrema Pobreza	Pago às famílias pobres que continuem com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 85,00, mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do Programa. O valor do benefício é calculado caso a caso, para garantir que a família ultrapasse o piso de R\$ 85,00 de renda por pessoa.	-	-

Fonte: MDS (2015).

Em relação às condicionalidades, no país foram beneficiados 88,6% do público com perfil para acompanhamento de crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e 78,7% dos jovens entre 16 e 17 anos, enquanto no estado de Minas Gerais as taxas foram, respectivamente, 88,3% e 76,9%, conforme pode-se observar no Quadro 2.

Quadro 2 - Condicionalidades: Público acompanhado e Resultado

Público Acompanhado	Brasil	Minas Gerais
Total de beneficiários com perfil educação (6 a 15 anos)	12.941.694	1.011.743
Total de beneficiários com perfil educação (16 e 17 anos)	2.235.075	180.322
Resultado do Acompanhamento		
Total de beneficiários acompanhados pela educação (6 a 15 anos)	11.467.731	893.542
Total de beneficiários acompanhados pela educação (16 a 17 anos)	1.759.991	138.685

Fonte: MDS, 2017.

Segundo o Relatório de Informações (RI) do Bolsa Família e Cadastro Único, no mês de setembro de 2017, foram beneficiadas, no País, 13.417.699 famílias, com o valor médio de R\$ 179,64, totalizando o valor de R\$ 2.410.317.893,00 transferido pelo Governo Federal em benefícios;

no estado de Minas Gerais, foram beneficiadas 1.021.287 famílias, com valor médio de R\$ 168,37, totalizando R\$ 171.958.957,00 em benefícios.

METODOLOGIA

Classifica-se este artigo, quanto aos fins, como uma pesquisa descritiva, pois, de acordo com Andrade (2010), busca descrever, analisar e interpretar os fatos, sem que o pesquisador interfira neles. Quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa Ex Post Facto, na qual, segundo Santos (2015), o experimento é efetivado depois dos fatos e o pesquisador não controla as variáveis do estudo. A forma de abordagem foi quantitativa, pois centra-se na objetividade e os resultados da pesquisa podem ser quantificados (FONSECA, 2002).

A pesquisa buscou demonstrar a relação da pobreza e as implicações no nível de indicadores da educação básica. Para atingir o objetivo, utilizou-se o método estático, denominado regressão linear, que determina a relação de causa e efeito entre duas ou mais variáveis. Sendo uma linha teórica de regressão, é representada pela seguinte função (NAGHETTINI; PINTO, 2007):

$$Y = a + BX + e$$

onde, **Y** é a variável dependente, **X** é a variável independente, **a** e **B** são os coeficientes do modelo e **e** denota os erros ou resíduos da regressão. Os coeficientes **a** e **B** da reta teórica são estimados através da observação dos dados fornecidos pela amostra (NAGHETTINI; PINTO, 2007; p. 363).

Neste estudo, foram analisadas quatro variáveis, sendo uma dependente e 3 independentes ou explicativas, conforme demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3 - Descrição das variáveis

Variável	Descrição	Fonte	Sinal Esperado
IDEB	É o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, é um indicador que apresenta resultados de dois conceitos importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações.	MEC	Variável dependente. Não se aplica.
GINI	O índice de Gini aponta as diferenças entre os rendimentos dos ricos e pobres. Sendo que 0 representa igualdade absoluta e 1 desigualdade total.	IBGE	Relação Negativa, tendo em vista que quanto maior o coeficiente de Gini, maior é a desigualdade social dentro do município, gerando um impacto negativo nos indicadores de qualidade da educação.
Bolsa Família	Número de famílias atendidas pelo programa do governo de transferência de renda.	MDS	Espera-se um sinal positivo, conforme a pesquisa realizada por BEZERRA e SILVA (2015), concluiu-se que através da transferência de renda realizada pelo governo, num país capitalista, possibilita que as pessoas tenham acesso as necessidades básicas.
PIB (Per capita)	Produto Interno Bruto por pessoa.	IBGE	Relação Positiva, pois melhores serão os indicadores tendo em vista o maior nível de renda do município.

Fonte: dados da pesquisa

Para determinação do coeficiente de Gini para o ano de 2015, utilizou-se uma taxa de crescimento ou decrescimento constante, tendo como base o período de 2000–2010, com uma projeção de estimativa para 2015. O estudo foi realizado em 814 municípios do estado de Minas Gerais, sendo que 39 municípios não foram analisados, por indisponibilidade de alguns dados. Para realizar a análise estatística dos dados, utilizou-se um soft estatístico denominado SPSS versão 20.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme se pode observar na Tabela 1, a média do valor do IDEB dos municípios de Minas Gerais foi de 6,09, sendo superior à média nacional que foi 5,3, um ponto positivo para a educação do estado de maneira geral. Verificou-se também municípios com elevados índices de educação básica, como Arapuá, que apresentou nota 8; por outro lado, o município de Jampruca obteve a nota de 4,5, não atingindo nem a meta que foi projetada (nota 5).
Verifica-se que o desvio padrão apresentado pelo PIB de 17649,86 é maior do que a média de 16397,26, mostrando que pontos dos dados estão distantes da média

ou do valor esperado, espalhados por uma ampla gama de valores; assim, observa-se que existe uma disparidade econômica entre os municípios. Associado a isso, a média do Índice de Gini dos municípios foi de 0,45, resultado que, se comparado à escala de 0 (igualdade) e 1 (Desigualdade), é considerado um valor positivo, porém ainda existe uma desigualdade considerável entre alguns municípios, sendo a cidade de Nova Serrana com o índice de 0,27, o valor mais próximo da igualdade, contrapondo 0,86, em Jequitibá, município que apresenta a maior desigualdade social no estado.

Tabela 1 - Estatística descritiva das variáveis

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Assimetria	Curtose
IDEB	4,5	8	6,099631	0,583612296	-0,004303	-0,123202
PIB	4744,56	261719,36	16397,2684	17649,86406	6,54670076	64,204693
Bolsa Família	60	50205	1115,2337	2358,83804	13,0320907	241,58559
GINI	0,27645936	0,868439	0,4542463	0,070344649	0,93633206	2,8720573

Fonte: dados da pesquisa.

Para construir o modelo de regressão, primeiramente buscou-se analisar a correlação entre as variáveis. De acordo com a Tabela 2, matriz de correlação que, segundo Larson e Farber (2004), é uma relação entre duas variáveis, sendo uma independente e a outra dependente ou resposta, observa-se um coeficiente negativo entre GINI e IDEB, o que indica que quanto maior o índice de GINI, menor será o IDEB; um coeficiente positivo entre PIB e IDEB demonstra que quanto maior a renda per capita, maior será o IDEB, o que corrobora com a ideia de Piketty (2013) ao afirmar que o país com elevados níveis de desigualdade e pobreza exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania e consequentemente à educação.

Tabela 2 - Matriz de Correlação entre as variáveis

	PIB	Bolsa Família	GINI	Ideb
PIB	1	0,054526389	0,010172537	0,130302512
Bolsa Família	0,054526389	1	0,18490903	-0,060693566
GINI	0,010172537	0,18490903	1	-0,08716706
Ideb	0,130302512	-0,060693566	-0,08716706	1

Fonte: dados da pesquisa.

Quanto à relação entre o Bolsa Família e o IDEB, apresenta um coeficiente negativo, sendo que quanto maior o número de benefícios do bolsa família, menor será o IDEB, o que vai de encontro à ideia de Bezerra e Silva (2015), pois, apesar da transferência de renda realizada pelo governo, em um país capitalista, possibilitar que as pessoas tenham acesso às necessidades básicas e consequentemente ter acesso à educação não influencia na qualidade da educação, e sim na frequência.

O próximo passo foi construir o modelo de regressão e estimar os coeficientes das variáveis independentes bem como o intercepto, sendo os dados apresentados na Tabela 2.

Tabela 3 - Matriz de Correlação entre as variáveis

Variável	Coefficientes	Erro padrão	Stat T	Valor-P
Interseção	6,338104275	0,134297942	47,19435134	1,4835E-234
BOLSA FAMILIA	4,43144E-06	1,148812E-06	3,859741686	0,000122553
GINI	-1,32265E-05	8,74101E-06	-1,51315798	0,13063008
PIB	-0,65247873	0,292687631	-2,2292665	0,026070036

Fonte: dados da pesquisa.

Dessa forma, o IDEB dos municípios pode ser estimado de acordo com a equação, sendo excluída a variável Bolsa Família, por não ter apresentado significância estatística.

$$Y (\text{IDEB}) = 6,338 + 0,000004 (\text{PIB}) - 0,65248 (\text{GINI})$$

Ao analisar os coeficientes das variáveis, pode-se verificar que o aumento de um real no PIB per capta do município provoca um aumento de 0,000004 no indicador do IDEB; já no indicador

do Bolsa Família, cada aumento de uma família para ser atendida no município, reduz o IDEB em 0,000013; dessa forma, pode-se constatar que a variável que mais causa impacto no IDEB é o Coeficiente de GINI, pois o aumento desse indicador representa 0,654248 de redução no IDEB do município.

Ao examinar a significância estatística por meio da P Valor, esses indicadores deveriam ser menores que 0,05, ou seja, 5%, e a Bolsa Família não apresentou significância estatística, pois o P Valor foi de aproximadamente 0,13. Dessa forma, podemos inferir que o número de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família não é uma variável importante para estimar o IDEB dos municípios, e sim a desigualdade social, por meio do coeficiente de GINI.

Portanto, infere-se que o Bolsa Família influencia negativamente no IDEB porque quanto maior o número de famílias atendidas pelo governo, maior a taxa de desigualdade naquele município, e o coeficiente de GINI tem maior impacto no IDEB do que o Programa Bolsa Família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o programa Bolsa Família, da forma como se apresenta, não influencia positivamente no IDEB, ou seja, não implica aumento da qualidade de ensino. Isso poderia ser mudado se houvesse uma reformulação nos pré-requisitos do programa, ao condicionar a renda não só à frequência escolar, mas também ao desempenho do aluno, e estipular uma média de notas e controle de reprovação nos moldes do programa Universidade para Todos - PROUNI. Assim, o programa impactaria não apenas na quantidade, mas na qualidade do ensino.

O Bolsa Família funciona, atualmente, como um paliativo; contudo, comprovou-se que, para conseguir um efeito realmente positivo na educação, deve-se voltar a atenção para o coeficiente de GINI, ou seja, reduzir as

desigualdades sociais, pois é perceptível que, nas cidades onde o GINI está mais próximo de 1 (total desigualdade), a qualidade do ensino é muito inferior às demais.

Assim, conclui-se que, apesar de a transferência de renda realizada pelo governo federal ser um passo importante para que sejam atendidas as necessidades básicas das famílias, os problemas da educação estão diretamente ligados à pobreza e à desigualdade social. Constatou-se também que a educação seria uma forma de igualar a renda das famílias, portanto é importante voltar um olhar para a qualidade do ensino, a fim de alcançar uma homogeneidade nas cidades.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. In: Introdução à metodologia do trabalho científico. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2010.

BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel. In: Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. v. 1. Brasília: Ipea, 2006.

BEZERRA, Virgínia Santos Holanda; SILVA, Andrea Alice Rodrigues. Programa Bolsa Família: Contribuições para a redução da pobreza e distribuição de rendimentos. 2015.

BRASIL. Decreto n. 5.209, de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, DF, jan. 2004.

BRASIL. Decreto n. 6.094, de 2007. Implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, Brasília, DF. Abr.2007.

BUARQUE, Cristovam R. C. Educação como caminho para erradicar a pobreza. Revista de Educação do Cogeime, ano 9, n. 16, 2000.

CRAVEIRO, Clélia Brandão Alvarenga, XIMENES, Daniel de Aquino. In: Dez anos do programa bolsa família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil. In: CAMPELLO, Teresa; NERI, Marcelo Côrtes (Orgs.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

IBGE. Índice de Gini da renda domiciliar per capita – Brasil, Ministério da Saúde – Datasus. 2010. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/giniuf.def>> Acesso em: 10 set. 2017.

LARSON, Ron; FARBER, Betsy. Estatística aplicada. 2. ed. São Paulo, SP: Prentice Hall. 2004.

LIRA, Fernando. A educação no combate à pobreza. Jornal Extra, ed. 898, Alagoas, 2016.

MEC. Inep: educação básica. Out. 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em: 11 set. 2017.

MEDEIROS, Marcelo. Medidas de desigualdade e pobreza. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social > Bolsa Família > O que é. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/acesso-a-educacao-e-saude>>. Acesso em: 24 set. 2017.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. Relatórios de Informações Sociais. 2017. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Condicionalidades>>. Acesso em: 24 set. 2017.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. IRPF - Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira. 2016.

NAGHETTINI, Mauro; PINTO, Éber José de Andrade. Hidrologia estatística. Belo Horizonte: CPRM, 2007. 363 p.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 2009. Artigo XXV. P. 13. Unic. Rio. 005 (DPI/876). Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

PENA, Rodolfo F. Alves. Coeficiente de Gini. Disponível em: <<http://alunosonline.uol.com.br/geografia/coeficiente-gini.html>>. Acesso em: 10 set. 2017.

PIKETTY, Thomas. In: O capital no século XXI. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Edição digital, Rio de Janeiro, RJ; Intrínseca Ltda., 2013.

ROCHA, Sonia. In: Pobreza no Brasil: afinal de que se trata? 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANDES, Hyran Ferreira. O papel da educação na formação do cidadão brasileiro. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF, 22 set. 2012.

SANTOS, Izequias Estevam. Manual de métodos e técnicas de pesquisas científicas. 11. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

UNDP. Human Development Report. The United Nations Development Programme (UNDP). 1 UN Plaza, New York, NY 10017 USA. Copyright. 2016.

VASCONCELOS, Maria Lucia. In. Educação básica: a formação do professor, relação professor-aluno, planejamento, mídia e educação. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? – Índice de Gini. Desafios do desenvolvimento. IPEA, ano 1 . 4. ed., 2004.